

O México, a Argentina e o humor do presidente

por Angus Foster
do Financial Times

O presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, que raramente perde o seu bom humor, fez um ataque surpreendentemente mordaz aos especuladores internacionais na semana passada. Na manhã de segunda-feira, a razão desse ataque foi esclarecida. O seu governo decidiu que a crise financeira que assolou o México e se abateu sobre a Argentina estava se aproximando incômodamente do Brasil.

O pacote de medidas inclui uma desvalorização em duas etapas e novas medidas para equilibrar o orçamento deste ano do governo. Embora elas tenham sido amplamente bem recebidas pelos exportadores e economistas, as mudanças podem se juntar às pressões dos preços em um país que ainda não rompeu os elos com os seus hábitos inflacionários.

A medida mais importante envolve uma mudança para um sistema formal de "bandas flutuantes", dentro das quais o real deverá ser negociado. Os limites para estas bandas que o Banco Central (BC) defenderá através da

intervenção, formam estabelecidos para permitir uma pequena desvalorização de cerca de 3%, na segunda-feira, e uma queda potencialmente maior no dia 2 de maio, quando uma banda mais ampla passará a vigorar.

De acordo com indicações do BC, a taxa de câmbio desta forma ficará mais próxima de US\$ 0,93 em comparação com US\$ 0,88 de ontem e US\$ 0,84 da semana passada.

A desvalorização foi imposta pelo governo porque o real, a nova moeda lançada no ano passado como parte de um plano antiinflacionário, sofreu uma valorização de mais de 15% em termos nominais, em relação ao dólar, principalmente por causa das taxas de juro, muito altas, do País, de mais de 40%.

Essa valorização ajudou a reduzir a inflação pelo fato de que as importações mais baratas se tornaram competitivas com os produtos brasileiros. Mas as importações cresceram de uma forma tão rápida, ajudadas pelo crescimento econômico de 5,7% no ano passado, que em novembro o Brasil registrou seu primeiro déficit comercial em, praticamente, oito anos. De-

pois do problema de déficit de conta corrente do México, as autoridades brasileiras estão-se perguntando cada vez mais como o País poderá financiar seu pequeno, mas crescente, déficit de conta corrente, se a sua posição comercial continuar a piorar.

A mudança da política da taxa cambial estava em discussão há cerca de seis semanas, disse um funcionário. "Como o México se tornou mais sério e os problemas da Argentina aumentaram, queríamos dar um sinal de que o atual déficit contábil não seria ignorado, e tornar explícito que nossa política futura será — e ela será — gradual, disse o funcionário.

O BC não informou como as bandas serão movimentadas no futuro, embora a maior parte dos analistas acreditem que novas desvalorizações refletirão, em parte, a inflação brasileira em relação ao dólar.

A âncora cambial contra a inflação trazida pelo real será, portanto, menos segura. Consequentemente, o governo anunciou uma série de outras medidas para aumentar sua credibilidade financeira.

O governo deve estudar a venda de seus 51% de partici-

pação na Companhia Vale do Rio Doce, a maior exportadora de minério de ferro do mundo. Se aprovada, a venda levará dois anos para ser completada. Enquanto isso, o governo espera aumentar a receita da privatização com a venda de bancos públicos e até com a permissão para o controle acionário estrangeiro.

Medidas de austeridade de maior alcance estão sendo planejadas para equilibrar um déficit orçamentário projetado em US\$ 10 bilhões, equivalente a 2% do PIB. Além de cortes nas despesas, serão renegociados todos os contratos em andamento.

Essas medidas devem equilibrar o orçamento deste ano, embora algumas decisões, como a do adiamento do dia de pagamento mensal para os servidores públicos simplesmente, jogarão o gasto para o próximo orçamento. A maior parte dos analistas concordam em que os problemas orçamentários do Brasil não podem ser resolvidos sem uma reforma fiscal e previdenciária completa, que o governo espera apresentar logo ao Congresso.

Uma preocupação mais urgente é a inflação, que no

mês passado foi inferior a 1%, ante os 50% no mês anterior ao real. A economia brasileira é relativamente fechada, com o comércio total representando apenas 13% do PIB. Assim, o aumento dos preços de importação em seguida às desvalorizações pode ser contido. A Petrobrás, estatal do petróleo, será pressionada a não repassar os preços mais altos do petróleo importado aos consumidores.

De qualquer forma, os preços devem subir nos próximos meses, em parte por razões sazonais, e em parte porque as empresas devem, com certeza, tentar usar as desvalorizações como desculpa para aumentarem suas margens. Previsões do setor privado apontam uma inflação de 2,0 a 2,5% em abril.

Essa aceleração da inflação vem quando setores da economia já estão perto do

superaquecimento. As famílias mais pobres, beneficiadas pelo maior poder de compra que se seguiu à queda da inflação, foram a uma avalanche de compras de bens e produtos que estavam, antes, além de seu alcance.

Outra preocupação é com o IPC-r, usado como indicador para o reajuste anual dos salários. O índice variou mais de 20% desde o lançamento do real.

O IPC-r deve ficar defasado até o final do ano, mas o Congresso vai pressionar para uma substituição se a inflação mensal voltar a crescer. Com a combinação entre desvalorização, superaquecimento e aumentos reais de salários, o governo e o setor privado estarão de frente aos milhares de índices de inflação nos próximos dois meses, antes de anunciar o sucesso das medidas de segunda-feira.